

Banco Ribeirão
Preto S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2022**

Conteúdo

| | |
|---|-----------|
| Relatório da administração | 3 |
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 5 |
| Balanco patrimonial | 8 |
| Demonstração do resultado | 9 |
| Demonstração do resultado abrangente | 10 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido | 11 |
| Demonstração dos fluxos de caixa | 12 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 13 |

Relatório da Administração

Senhores acionistas, conselheiros e clientes: Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Ribeirão Preto S.A. – BRP, encerradas em 31 de dezembro de 2022.

A conjuntura econômica brasileira no segundo semestre foi marcada pela desaceleração da inflação, vindo de um patamar de 10,07% em julho, praticamente o mesmo verificado no encerramento do ano anterior, para um patamar de 5,79%.

Além dos efeitos da política monetária contracionista (em agosto o BC elevou a taxa de juros para o patamar de 13,75%), da descompressão nas commodities e da perspectiva de desaceleração nas economias desenvolvidas, o processo desinflacionário teve um caráter eminentemente artificial e conjuntural. O executivo federal colocou a condução da política econômica em “modo populismo” diante da eleição, e articulou um corte relevante de impostos sobre combustíveis, energia e telecomunicações, conjugado com uma forte expansão fiscal via aumento de auxílios. A economia passou a operar com um pé no acelerador e outro no freio, o que dificultou sobremaneira o trabalho da autoridade monetária. A piora na percepção do risco fiscal veio acompanhada da depreciação do real frente ao dólar e da elevação da taxa real de juros, que se aproximou de 9%, a mais alta do mundo.

Ao longo do processo eleitoral, as instituições foram testadas como nunca após a redemocratização, mas a democracia funcionou. A ampla frente liderada pelo governo eleito tomou posse, escolhendo o resgate social como ponto de partida e melhorando perspectivas para, além do social, saúde, educação, meio ambiente, relações internacionais e ciência. Contudo, o novo governo ainda precisa demonstrar como conduzirá a questão fiscal. É importante que apresente, como se comprometeu, um arcabouço que efetivamente dê suporte ao equilíbrio macroeconômico.

No cenário externo, a China apresentou crescimento de 3%, o mais baixo desde 1976, em decorrência da política de “covid-zero”, que já começou a ser flexibilizada no novo ano. EUA e Europa deram prosseguimento ao ciclo de aperto monetário, iniciado primeiro pelo *Federal Reserve* (FED) (em março, diante de uma atividade resiliente, principalmente em serviços e mercado de trabalho apertado), e posteriormente pelo Banco Central Europeu (em julho, diante de uma inflação eminentemente de custos, pressionada por preços de energia com o prolongamento da guerra na Ucrânia, e que resultou em uma desaceleração mais intensa na atividade).

Com o efeito das políticas monetárias, a redução de ímpeto da economia americana, a perspectiva de um inverno menos rigoroso na Europa (com menor dependência do gás russo), e a retomada da atividade na China, o pico inflacionário global parece ter ficado em outubro.

Diante das questões econômicas e políticas descritas, O BRP continuou seguindo as suas estratégias, focado incondicionalmente em atender as necessidades dos clientes provendo soluções que agreguem e melhorem a jornada deles. Os investimentos em tecnologia, segurança da informação e automação dos processos continuam sendo um dos pilares da instituição.

O BRP no segundo semestre, se consolidou como um banco de serviços “Banking as a Service” (BaaS), aumentando a sua capilaridade junto a parceiros inseridos em setores correlacionados as atividades fim do banco. Parcerias com fintechs voltados para educação e empresas voltadas para o setor agrícola, foram constituídas. Através do desenvolvimento da infraestrutura tecnológica da instituição, o BRP intensificou as integrações com os parceiros através de APIs (Interface de Programação de Aplicação) facilitando a



entrada da informação nos sistemas legados, melhorando as esteiras internas (diminuindo as inferências manuais) e tendo maior segurança sobre os processos.

O BRP se firma como o Banco do Fiaagro constituindo parcerias voltadas para o setor de profundo conhecimento da instituição. Através das parcerias, o BRP oferece serviços que vão desde a abertura de conta “digital” até a formalização contratual e registros dos recebíveis dados como lastro no fundo de investimento da cadeia produtiva do agro.

No Open Finance, o BRP deu mais um passo importante, adquirindo uma ferramenta que visa, além de ser detentor de contas, também proverá o consumo de dados do ecossistema. Com a junção de detentor de conta e consumidor de dados, o BRP estruturalmente está pronto para se tornar um iniciador de transação de pagamento (ITP).

Neste semestre, o BRP pela primeira vez, efetivou operações de antecipação de recebíveis de cartão, que visam fomentar e incentivar a cadeia de arranjos de pagamento e atender as demandas dos clientes. O desenvolvimento de novos produtos e serviços pela instituição para gerar soluções aos clientes, continuará sendo um dos nossos diferenciais.

O BRP encerrou o exercício de 2022 com um total de ativos de R\$ 1.283 milhões, com a carteira de crédito expandida (Empréstimos/Financiamentos, Fianças, CPRs, CDCAs, CRAs, CRIs e Debêntures, FIP e FIDC) representando R\$ 920,03 milhões. A carteira expandida aumentou em aproximadamente 11% com relação a dezembro 2021. A carteira de títulos e valores mobiliários aumentou 93,07 milhões para 269,90 milhões representando um aumento de 52,66% com relação aos saldos de dezembro de 2021, confirmando o posicionamento da instituição de buscar oportunidades em títulos que estão atrelados aos setores que o banco atua e conhece. O BRP manteve alguns títulos privados classificados na carteira como mantidos até o vencimento e possui capacidade financeira para mantê-los. O lucro líquido do exercício foi de R\$ 23,63 milhões, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 201,34 milhões e o retorno sobre o patrimônio líquido anualizado de 12,2%.

O total de depósitos, contemplando os depósitos a vista, Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE), Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras de Crédito Agronegócio (LCA) e Letras Financeiras (LF) somou R\$ 638,63 milhões. Através do produto Letras Financeiras, a instituição captou R\$ 103,4 milhões refletindo um crescimento de aproximadamente 4% em 2022 na captação de terceiro.

Ao final do exercício, o BRP apresentou uma reserva de liquidez de R\$ 172 milhões, equivalente a 82,83% do seu patrimônio, demonstrando a solidez financeira da instituição.

O índice de capital principal representou 15,1% dos ativos ponderados pelo risco, excedendo o mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil, que é de 10,50% agregando o adicional de capital principal. Os relatórios detalhados sobre a estrutura de gerenciamento de capital, do risco operacional, de mercado, de liquidez e de crédito encontram-se disponíveis ao acesso público na matriz da instituição.

Agradecimentos: Agradecemos aos nossos clientes pela escolha do BRP, aos acionistas e conselheiros pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores pela dedicação, fatores estes preponderantes para o desenvolvimento e crescimento do Banco Ribeirão Preto S.A.

Ribeirão Preto, 27 de janeiro de 2023.

A Administração

Av Pres. Vargas, 2121 – 4º andar
14020-260 Ribeirão Preto – SP
+55 (16) 2101 4600
www.brp.com.br



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Ao Conselho de Administração e Acionistas do
Banco Ribeirão Preto S.A.**

Ribeirão Preto - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Ribeirão Preto S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Ribeirão Preto S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo naquela data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 1 de fevereiro de 2022, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

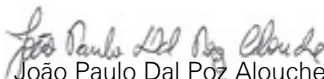
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de janeiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP


João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Banco Ribeirão Preto S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota | 31 de dezembro de 2022 | 31 de dezembro de 2021 |
|---|--------|---------------------------|---------------------------|
| Ativo | | | |
| Disponibilidades | 4 | 32 | 50.221 |
| Instrumentos financeiros | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 5 | 565.476 | 449.131 |
| Derivativos | 6 | 245 | 3.782 |
| Relações interfinanceiras | 7 | 7.006 | 1.436 |
| Operações de crédito - Setor privado | 8 | 649.793 | 652.937 |
| (-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 8 | (16.980) | (11.672) |
| (-) Prêmio a diferir sobre Operações de crédito | 8 (g) | (1.128) | (1.740) |
| Créditos a receber | 22 | 18.011 | 18.752 |
| Outros créditos | 9 | 4.059 | 779 |
| Ativos fiscais diferidos | 16 (b) | 22.923 | 21.294 |
| Ativos não financeiros mantidos para venda | 10 | 19.377 | 21.035 |
| (-) Provisões para desvalorizações | 10 | (2.043) | (2.766) |
| Investimentos em participações em controladas | 11 | 13.789 | 10.788 |
| Imobilizado de uso | 12 | 3.066 | 2.172 |
| (-) Depreciações acumuladas | 12 | (564) | (555) |
| Total do ativo | | 1.283.062 | 1.215.594 |
| Passivo | | | |
| Depósitos e demais instrumentos financeiros | | | |
| Relações interfinanceiras | 7 | 132.348 | 113.520 |
| Depósitos | 13 | 195.009 | 293.922 |
| Recursos de aceites e emissão de títulos | 13 | 443.271 | 323.881 |
| Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais | 14 | 292.091 | 273.151 |
| Derivativos | 6 | - | 2.400 |
| Outras obrigações | | | |
| Sociais e estatutárias | | 5.111 | 5.393 |
| Fiscais e previdenciárias | | 1.138 | 7.312 |
| Diversas | | 5.013 | 5.126 |
| Passivos fiscais diferidos | | 7.744 | 5.251 |
| Total do passivo | | 1.081.725 | 1.029.956 |
| Patrimônio líquido | | | |
| | 18 | | |
| Capital social | | 183.612 | 163.710 |
| Reservas legal | | 1.181 | 1.078 |
| Reservas de lucros | | 16.544 | 15.099 |
| Outros resultados abrangentes | | - | 5.751 |
| Total do patrimônio líquido | | 201.337 | 185.638 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 1.283.062 | 1.215.594 |

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Ribeirão Preto S.A.

Demonstração do resultado

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | | Semestre findo em 31 de dezembro de | Exercícios findos em 31 de dezembro de | |
|--|-------|--|--|--------------------|
| | Nota | 2022 | 2022 | 2021 |
| Receitas da intermediação financeira | | 81.539 | 158.271 | 130.080 |
| Operações de crédito | 8 (f) | 41.240 | 87.255 | 104.862 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 5 (c) | 39.213 | 65.205 | 7.919 |
| Resultado com instrumentos financeiros derivativos | 6 | 1.086 | 5.811 | 17.300 |
| Despesas da intermediação financeira | | (61.121) | (115.991) | (67.631) |
| Operações de captação | 13 | (42.581) | (87.995) | (56.740) |
| Operações de empréstimos e repasses | 14 | (11.881) | (17.505) | (5.980) |
| Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 8 | (6.659) | (10.491) | (4.911) |
| Resultado bruto da intermediação financeira | | 20.418 | 42.280 | 62.449 |
| Outras receitas (despesas) operacionais | 21 | (11.660) | (22.553) | (23.475) |
| Receitas de prestação de serviços | | 1.784 | 3.316 | 3.271 |
| Despesas de pessoal | | (6.333) | (11.883) | (11.252) |
| Outras despesas administrativas | | (5.955) | (11.976) | (12.449) |
| Despesas tributárias | | (995) | (2.513) | (3.208) |
| Outras receitas operacionais | | 6 | 10 | 152 |
| Resultado de participação em controlada | 11 | (167) | 493 | 11 |
| Resultado operacional | | 8.758 | 19.727 | 38.975 |
| Resultado não operacional | 22 | 1.288 | 8.607 | (624) |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações | | 10.046 | 28.334 | 38.351 |
| Imposto de renda e contribuição social | 16 | 1.806 | (863) | (12.874) |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | | 3.108 | - | (10.161) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | (1.302) | (863) | (2.713) |
| Participações no resultado | 22 | (2.082) | (3.837) | (3.907) |
| Lucro líquido no semestre / exercício | | 9.770 | 23.634 | 21.570 |
| Número de ações | | 182.678.119 | 182.678.119 | 162.776.579 |
| Lucro líquido por ação - R\$ | | 0,05 | 0,13 | 0,12 |

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Semestre findo em 31 | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|--|----------------------|-------------------------------------|---------------|
| | de dezembro de | 2022 | 2021 |
| | <u>2022</u> | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
| Resultado líquido do semestre / exercício | 9.770 | 23.634 | 21.570 |
| Itens que não serão reclassificados para o resultado | <u>-</u> | <u>42</u> | <u>2.283</u> |
| Atualização de títulos patrimoniais | <u>-</u> | <u>42</u> | <u>2.283</u> |
| Total resultado abrangente do semestre / exercício | <u>9.770</u> | <u>23.676</u> | <u>23.853</u> |

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota | Capital social | Reserva de capital | Reservas de lucros | | Lucros acumulados | Total |
|---|------|----------------|--------------------|--------------------|-----------------------------|-------------------|----------------|
| | | | | Reserva legal | Reservas especiais de lucro | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | | 139.692 | 3.468 | 1.274 | 17.435 | | 161.869 |
| Aumento de capital social | 18 | 24.018 | | (1.274) | (17.435) | | 5.309 |
| Atualização de títulos patrimoniais | | | 2.283 | | | | 2.283 |
| Lucro líquido no semestre | | | | | | 21.570 | 21.570 |
| Destinações: | | | | | | | |
| Reserva legal | | | | 1.078 | | (1.078) | |
| Juros sobre o capital próprio | | | | | | (5.393) | (5.393) |
| Lucros a disposição dos acionistas | | | | | 15.099 | (15.099) | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | | 163.710 | 5.751 | 1.078 | 15.099 | - | 185.638 |
| Aumento de capital social | 18 | 16.177 | | (1.078) | (15.099) | | - |
| Reversão JCP proposto 2021 | | | 3.725 | | | | 3.725 |
| Integralização JCP ao capital | | 3.725 | (3.725) | | | | - |
| Atualização de títulos patrimoniais | | | (5.751) | | | | (5.751) |
| Pagamento aos acionistas | | | | | (798) | | (798) |
| Lucro líquido no semestre | | | | | | 23.634 | 23.634 |
| Destinações: | | | | | | | |
| Reserva legal | | | | 1.181 | | (1.181) | - |
| Juros sobre o capital próprio | | | | | | (5.111) | (5.111) |
| Lucros a disposição dos acionistas | | | | | 17.342 | (17.342) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | | 183.612 | - | 1.181 | 16.544 | - | 201.337 |
| Saldos em 30 de junho de 2022 | | 183.612 | 42 | 693 | 9.704 | | 194.051 |
| Atualização de títulos patrimoniais | | | (42) | | | | (42) |
| Pagamento aos acionistas | | | | | (798) | | (798) |
| Lucro líquido no semestre | | | | | | 9.770 | 9.770 |
| Destinações: | 18 | | | | | | |
| Reserva legal | | | | 487 | | (487) | - |
| Juros sobre o capital próprio | | | | | | (1.645) | (1.645) |
| Lucros a disposição dos acionistas | | | | | 7.638 | (7.638) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | | 183.612 | - | 1.181 | 16.544 | - | 201.337 |

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Ribeirão Preto S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Segundo semestre | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
|---|------------------|-------------------------------------|------------------|
| | 2022 | 2022 | 2021 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro líquido do semestre / exercício | 9.770 | 23.634 | 21.570 |
| Provisão para impostos sobre o lucro correntes e diferidos | (1.806) | 863 | 12.874 |
| Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | 6.659 | 10.492 | 4.911 |
| Provisão para participações no resultado | 2.082 | 3.838 | 3.907 |
| Depreciações | 252 | 398 | 91 |
| Resultado de participação em controlada | 167 | (493) | (11) |
| Provisão para contingências | 374 | 374 | - |
| Resultados com investimentos | (42) | (5.751) | - |
| Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários | (7.769) | (4.582) | 24.863 |
| Varição em ativos e passivos | (8.042) | (71.875) | (165.472) |
| Títulos e valores mobiliários | (38.572) | (111.764) | (176.455) |
| Derivativos (ativo) | (245) | 3.537 | (176) |
| Relações interfinanceiras (ativo) | (4.928) | (5.570) | (869) |
| Operações de crédito | (88.324) | (10.348) | (87.101) |
| Créditos a receber | 362 | 257 | 953 |
| Ativos fiscais diferidos | 924 | 924 | - |
| Outros créditos | 1.483 | 1.483 | - |
| Ativos não financeiros mantidos para venda | (755) | 936 | (2.789) |
| Relações interfinanceiras (passivo) | (37.850) | (37.850) | 33.520 |
| Depósitos | (57.463) | (42.236) | 7.292 |
| Recursos de aceites e emissão de títulos | 93.056 | 119.390 | (30.824) |
| Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais | 130.722 | 18.941 | 92.597 |
| Derivativos (passivo) | - | (2.400) | 112 |
| Outras obrigações | (6.830) | (7.553) | (1.732) |
| Passivos fiscais diferidos | 378 | 378 | - |
| Total variações | 1.645 | (43.102) | (97.267) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | - | (2.783) | (1.707) |
| Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades operacionais antes dos impostos | - | (2.783) | (1.707) |
| Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades operacionais | 1.645 | (45.885) | (98.974) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | | |
| Recebimento de lucros de controladas | - | - | - |
| Aquisição de investimentos | (1.428) | (2.509) | (997) |
| Baixa de investimentos | - | - | - |
| Adição de ativo imobilizado | (220) | (1.283) | (1.459) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos | (1.648) | (3.792) | (2.456) |
| Fluxo de caixa de atividade de financiamento | | | |
| Pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas | - | (512) | (450) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos | - | (512) | (450) |
| Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos | (3) | (50.189) | (101.880) |
| Modificações na posição financeira | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | | | |
| No início do semestre / exercício | 35 | 50.221 | 152.101 |
| No fim do semestre / exercício | 32 | 32 | 50.221 |
| Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos | (3) | (50.189) | (101.880) |

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

1 Contexto operacional

O Banco Ribeirão Preto S.A. (“Banco” ou “BRP”), banco múltiplo, com sede na Avenida Presidente Vargas nº 2.121, 4º andar, iniciou suas atividades em 10 de abril de 1995 e tem por objetivo a prática de operações inerentes às carteiras comercial, crédito, financiamento, investimento e leasing. O Banco é controlado pela Varuna Investimentos Financeiras S.A.

O Banco tem por missão principal fomentar a intermediação financeira, colaborando assim com a promoção do desenvolvimento socioeconômico, atuando através produtos e serviços financeiros de altíssima qualidade que gerem impactos decisivos para o sucesso dos clientes. Isto tudo, trabalhando com agilidade, visando o relacionamento de longo prazo e criando valor para os clientes, colaboradores e acionistas.

Coronavírus (COVID-19)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os eventos e condições gerados pela disseminação do novo Coronavírus (COVID-19) continuam sendo monitorados.

Em função do COVID-19, uma série de decisões foram tomadas para manter a qualidade dos serviços prestados, bem como para garantir a segurança dos clientes, colaboradores e fornecedores do BRP. Estas ações, já foram incorporadas nas rotinas do BRP que continua acompanhando, o surgimento de novas variantes e os impactos econômicos que podem ser gerados por uma nova disseminação. A administração conclui que não alteram a avaliação patrimonial e as estimativas utilizadas na apresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pela Banco Central do Brasil - BACEN, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela diretoria na sua gestão.

Em 12 de agosto de 2020, o Bacen emitiu a Resolução BCB nº 2, que consolida os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras pelas instituições de financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo principal dessa norma é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

Conforme Art. 23º da Resolução BCB nº 2/200 as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário.

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações e aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de janeiro de 2023.

a. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Vigentes a partir de 1º de julho de 2022

- (i) Resolução CMN nº 4.943 de 15/9/21 (Altera a Resolução nº 4.557/2017) - Dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, a estrutura de gerenciamento de capital e a política de divulgação de informações.
- (ii) Resolução CMN nº 4.945 de 15/9/21 - dispõe sobre a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e sobre as ações com vistas à sua efetividade. A PRSAC consiste no conjunto de princípios e diretrizes de natureza social, de natureza ambiental e de natureza climática a ser observado pela instituição na condução dos seus negócios, das suas atividades e dos seus processos, bem como na sua relação com as partes interessadas.
- (iii) Resolução BCB nº 235, de 27/07/22, altera o Regulamento anexo à Resolução BCB nº 195, de 3 de março de 2022, que regulamenta o funcionamento do Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI) e da Conta Pagamentos Instantâneos (Conta PI) no Banco Central do Brasil.

Vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023

- (i) Resolução BCB nº 151 de 06/10/21 Dispõe sobre a remessa de informações relativas a riscos sociais, ambientais e climáticos de que tratam a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, e a Resolução CMN nº 4.945, de 15 de setembro de 2021.
- (ii) Resolução BCB nº 139 de 15/09/21 Dispõe sobre a divulgação do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC).
- (iii) Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/21 Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

A administração optou pela não adoção antecipada no que tange as novas atualizações emitidas, e até o presente momento não identificou possíveis impactos materiais.

Plano de implementação Res. 4.966/21

Em cumprimento ao disposto no Art. 76 da Resolução CMN Nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, o Banco BRP elaborou o Plano de Implementação da Regulamentação Contábil e dos impactos preliminares previstos pela mesma resolução.

Considerando o cenário, ramo de atuação, objetivos de mercado e a estrutura de gerenciamento de riscos, a instituição elencou as principais alterações, focando inicialmente em seu plano de implementação os riscos derivados das operações de crédito.

Foi formada uma equipe responsável pelo andamento e atualizações do projeto, com conhecimento técnico e de relacionamento com demais participantes do mercado. A instituição já empreendeu e continuará empregando esforços para capacitar e preparar a todos colaboradores e administradores envolvidos.

A instituição entende que as mudanças nos modelos de negócio e relação com produtos financeiros trarão impactos em toda esteira e processos internos, sendo necessária a revisão e readequação de políticas e controles.

O Banco BRP iniciou em conjunto com o fornecedor de software, análise e levantamento dos principais impactos da implantação da Resolução CMN 4.966/21, identificando os principais pontos-chaves, bem como processos e módulos dos sistemas impactados. O cronograma inicial formulado, prevê implementações e testes prévios iniciando no ano de 2023, com a finalização de entrega e testes em 2024. Prazos estes que serão válidos caso haja necessidade de contratações de terceiros, desenvolvimentos internos e/ou readequações de módulos e sistemas já existentes.

O Conselho de Administração e Diretoria Executiva estão cientes e aprovaram o plano de implementação, considerando os impactos e mudanças contábeis, regulatórias, de risco e normas internas das implementações do proposto pela Resolução CMN 4.966/21, e estão empenhando esforços ao atendimento das melhores práticas, visando maior qualidade nas informações fornecidas aos usuários.

3 Descrição das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras do Banco são as seguintes:

a. Moeda Funcional

As informações financeiras do Banco Ribeirão Preto estão representadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Arredondada ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Redução no valor recuperável de ativos (*Impairment*)

O registro contábil deve assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo. Quando identificada qualquer evidência de deterioração ou perda de valor, será reconhecida a desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Tais provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto em Resolução nº 4.924/21 de 1/1/22 e em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 01.

c. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

d. Disponibilidades

São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações em depósitos interfinanceiros e em títulos de renda fixa livres, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado insignificante. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, calculados “pro rata” dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros

De acordo com a Circular do BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da diretoria em três categorias específicas:

- (i) **Negociação:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são classificados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) **Disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria aqueles títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (“*accrual*”) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários; e
- (iii) **Mantidos até o vencimento:** nesta categoria são classificados aqueles títulos e valores mobiliários para os quais o banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular do BACEN nº 3.068/01.

g. Mensuração do valor de mercado

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela diretoria, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. De acordo com a Circular do BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da diretoria para fins ou não de proteção (hedge) e ajustados pelo valor de mercado com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, estes são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

h. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (hedge), seguindo as premissas da Circular Bacen nº 3.082/2002.

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas, reconhecidas diretamente na demonstração de resultados.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

i. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas “pro rata temporis” até a data do balanço. As receitas relativas às operações que apresentam atraso igual ou superior a 60 dias são reconhecidas no resultado somente quando recebidas, independentemente do seu nível de classificação de risco.

As operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, de acordo com os critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H).

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresente atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

As renegociações de operações de crédito anteriormente baixadas contra provisão e que estavam em conta de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

j. Ativos não financeiros mantidos para venda

Compostos basicamente por bens não destinados a uso, notadamente aqueles recebidos em dação de pagamento, cujo valor é ajustado ao seu valor de realização quando inferior ao saldo devedor da operação original.

k. Investimento em participações em controladas

O Banco possui participação societária em registradores/depositárias centrais e empresa cuja atividade compreende a assessoria e consultoria financeira. Os investimentos nas registradoras/depositárias centrais são feitos pelo valor justo e os investimentos na controlada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e foi, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo (Nota 11).

Conforme Resolução 4.950/21, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na elaboração dos documentos contábeis consolidados do conglomerado prudencial, o Banco Ribeirão Preto S.A. fica dispensado de apresentar demonstração financeiras consolidadas.

l. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada com base no método linear, considerando taxas anuais que contemplam a vida útil e econômica dos bens, como segue: máquinas, equipamentos, móveis e utensílios 4%; equipamentos de processamento de dados 20%; benfeitorias de 10% a 20%, pelo prazo máximo de nove anos.

m. Passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes despesas a apropriar, incluindo os encargos incorridos.

n. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

o. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda corrente foi calculada pela alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120. A provisão para contribuição social é constituída pela alíquota de 21% (2021 – 20%). Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias foram constituídos de acordo com as alíquotas vigentes na data base das demonstrações financeiras, considerando as suas perspectivas de recuperação, e estão registrados no ativo circulante e realizável a longo prazo (Nota 16).

p. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a diretoria use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, substancialmente, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a provisão para desvalorização de certos ativos, a constituição e realização de imposto de renda diferido, a marcação a mercado dos instrumentos financeiros e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e as premissas mensalmente.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a BCB nº 319/22, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da diretoria, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas.
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

4 Disponibilidades

As rubricas de Disponibilidades, apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

| | 31 de dezembro de 2022 | 31 de dezembro de 2021 |
|---------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Disponibilidades | 32 | 222 |
| NTN - Notas do tesouro nacional | - | 49.999 |
| | 32 | 50.221 |

5 Títulos e valores mobiliários

a. Composição por classificação

A carteira é composta por aplicações em títulos públicos livres ou vinculados à garantia de operações na B3, classificados em categoria de títulos mantidos para negociação, e privados, classificados em categoria de títulos mantidos para negociação, como debêntures, CRAs (certificados de recebíveis do agronegócio) e CRIs (certificados de recebíveis do imobiliário) e mantidos até o vencimento, como os CDCAs (certificado de direitos creditórios do agronegócio) de pessoas jurídicas que exercem atividades voltadas para o agronegócio e CPRs (cédula de produto rural) emitidas por produtores rurais.

Banco Ribeirão Preto S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022

| | 31 de dezembro de 2022 | | | 31 de dezembro de 2021 | |
|--|------------------------|----------------------------|-------------------|---|-------------------|
| | Custo amortizado | Ajuste ao valor de mercado | Valor de contábil | Níveis hierárquicos de valor de mercado | Valor de contábil |
| LFT - Letras financeiras do tesouro | 50.496 | (6) | 50.490 | Nível 1 | 44.867 |
| LTN - Letras do tesouro nacional | 231.359 | (16.020) | 215.339 | Nível 1 | 197.555 |
| NTN - Nota do tesouro nacional | 27.555 | (1.216) | 26.339 | Nível 1 | 25.547 |
| Vinculados à prestação de garantias - LTN | 5.762 | (399) | 5.363 | Nível 1 | 5.221 |
| CRA - Certificados de recebíveis agronegócios | 64.231 | (924) | 63.307 | Nível 1 | 31.955 |
| CRI - Certificados de recebíveis imobiliários | 20.118 | (201) | 19.917 | Nível 1 | - |
| Debêntures | 37.551 | (420) | 37.131 | Nível 1 | 25.419 |
| CDCA - Certificados de direitos creditórios de agronegócio | - | - | - | Nível 3 | 8.295 |
| FIDC - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios | 1.224 | - | 1.224 | Nível 2 | 10.025 |
| FIP - Fundos de Investimentos Privados (i) | 15.270 | - | 15.270 | Nível 2 | - |
| Total Títulos para negociação | 453.566 | (19.186) | 434.380 | | 348.884 |
| CDCA - Certificados de direitos creditórios de agronegócio | 7.074 | - | 7.074 | Nível 3 | 7.752 |
| CPR - Cédula de produto rural | 124.428 | (406) | 124.022 | Nível 3 | 92.495 |
| Total Títulos mantidos até o vencimento | 131.502 | (406) | 131.096 | | 100.247 |
| Total Títulos e Valores Mobiliários | 585.068 | (19.592) | 565.476 | | 449.131 |

- (i) A instituição adquiriu em 17 de outubro de 2022, através de oferta pública, cotas do LPE consórcios fundo de investimento em participações multiestratégia - fundo de investimento em participações - constituído sob a forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM nº 578, emitida pela CVM em 30 de agosto de 2016, conforme alterada (“Instrução CVM nº 578”), e demais legislação aplicável. O BRP adquiriu o montante de 15 mil quantidades de cotas, equivalendo a R\$ 1.000/cota (mil reais por cota), totalizando R\$ 15.000.

b. Composição por vencimento

| | 2022 | | | |
|--|----------------|-----------------|-------------------|----------------|
| | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | Acima de 12 meses | Total |
| LFT - Letras financeiras do tesouro | 50.490 | - | - | 50.490 |
| LTN - Letras do tesouro nacional | 220.702 | - | - | 220.702 |
| NTN - Nota do tesouro nacional | 26.339 | - | - | 26.339 |
| CRA - Certificados de recebíveis agronegócios | 63.307 | - | - | 63.307 |
| CRI - Certificados de recebíveis imobiliários | 19.917 | - | - | 19.917 |
| Debêntures | 37.131 | - | - | 37.131 |
| FIDC - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios | 1.224 | - | - | 1.224 |
| FIP - Fundos de Investimentos Privados | 15.270 | - | - | 15.270 |
| Total Títulos para negociação | 434.380 | - | - | 434.380 |
| CPR - Cédula de produto rural | 31.128 | 79.326 | 13.569 | 124.022 |
| CDCA - Certificados de direitos creditórios de agronegócio | - | - | 7.074 | 7.074 |
| Total Títulos mantidos até o vencimento | 31.128 | 79.326 | 20.643 | 131.096 |
| | 465.508 | 79.326 | 20.643 | 565.476 |
| Total - Circulante | | | | 544.834 |
| Total - Não circulante | | | | 20.643 |

| | 2021 | | | |
|--|--------------------|------------------------|--------------------------|----------------|
| | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | Acima de 12 meses | Total |
| LFT - Letras financeiras do tesouro | 44.867 | - | - | 44.867 |
| LTN - Letras do tesouro nacional | 202.776 | - | - | 202.776 |
| NTN - Nota do tesouro nacional | 25.547 | - | - | 25.547 |
| CRA - Certificados de recebíveis agronegócios | 31.955 | - | - | 31.955 |
| Debêntures | 25.419 | - | - | 25.419 |
| CDCA - Certificados de direitos creditórios de agronegócio | 8.295 | - | - | 8.295 |
| FIDC - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios | 10.025 | - | - | 10.025 |
| Total Títulos para negociação | 348.885 | - | - | 348.884 |
| | | | | |
| CPR - Cédula de produto rural | 18.531 | 35.760 | 38.204 | 92.495 |
| CDCA - Certificados de direitos creditórios de agronegócio | - | 7.752 | - | 7.752 |
| Total Títulos mantidos até o vencimento | 18.531 | 43.512 | 38.204 | 100.247 |
| | 367.416 | 43.512 | 38.204 | 449.131 |
| | | | | |
| Total - Circulante | | | | 410.928 |
| Total - Não circulante | | | | 38.204 |

c. Resultado com títulos e valores mobiliários

A rubrica “Receitas da intermediação financeira - Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, no Demonstrativo de resultado, tem a composição abaixo:

| | Exercícios findos em 31 de dezembro de | |
|--|---|--------------|
| | 2022 | 2021 |
| Receita de juros - títulos públicos e privados | 53.690 | 28.031 |
| Operações compromissadas | 6.933 | 4.751 |
| Ajuste a valor de mercado | 4.582 | (24.863) |
| Total Receitas de Operações com títulos e valores mobiliários | 65.205 | 7.919 |

6 Instrumentos financeiros derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos estão relacionados a taxas de câmbio e de juros. O BRP realizou, no segundo semestre de 2022, uma captação com custo de 100% CDI cujo indexador foi trocado por IPCA + 6,5% utilizando como instrumento financeiro derivativo, o Swap. A operação foi contratada em condições idênticas às da operação de captação, se enquadrando como uma operação de hedge de fluxo de caixa.

| | | | | 31 de dezembro de 2022 | 31 de dezembro de 2021 |
|--|---|----------------------------------|-----------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| | Valor de referência (conta de compensação) | Valor a receber (a pagar) | Efeito líquido (resultado) | Valor contábil (patrimonial) | Valor contábil (patrimonial) |
| Posição ativa - Diferencial a receber | | | | | |
| Futuro DI - F24 | 180.000 | - | 5.072 | - | - |
| Swap (% CDI) x (IPCA + 6,5% a.a.) | 15.000 | 245 | 245 | 245 | - |
| Dólar futuro | 26.620 | - | 461 | - | - |
| Box 4 pontas | - | - | 33 | - | 3.782 |
| | 221.620 | 245 | 5.811 | 245 | 3.782 |
| | | | | | |
| Posição passiva - Diferencial a pagar | | | | | |
| Box 4 pontas | - | - | - | - | 2.400 |
| | - | - | - | - | 2.400 |

7 Relações interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto pelas posições ativas e passivas distribuídas conforme abaixo:

| | 31 de dezembro de 2022 | 31 de dezembro de 2021 |
|--|---------------------------|---------------------------|
| Posições ativas | | |
| Depósitos no Banco Central - pagamento instantâneo | 6.617 | 1.061 |
| Correspondentes no país | 389 | 375 |
| | 7.006 | 1.436 |
| Posições passivas | | |
| LTN - Vinculados a compromisso de recompra | 100.342 | 113.520 |
| LFT - Vinculados a compromisso de recompra | 32.006 | 0 |
| | 132.348 | 113.520 |

Saldo descritos na rubrica de “Depósitos no Banco Central – pagamento instantâneo” refere-se à parcela do saldo diário da conta de reserva para pagamentos instantâneos (SPI – Sistema de Pagamentos Instantâneos) para transações entre contas correntes instantâneas (Pix). Em 27 de julho de 2022, o Banco Central emitiu a Resolução BCB no 235, que altera o Regulamento anexo à Resolução BCB nº 195, de 3 de março de 2022 e estipula que a parcela do saldo diário da Conta PI, até o limite definido no art. 24-A deste Regulamento, registrado no fechamento da grade regular de operações dos participantes no Sistema de Transferência de Reservas (STR), antes do início da janela adicional para aportes em Conta PI, de que trata o regulamento daquele sistema, receberá remuneração calculada com base na Taxa Selic.

8 Operações de crédito e Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

a. Composição da carteira por modalidade de operação - Setor privado

| | 31 de dezembro de 2022 | | | 31 de dezembro de 2021 | | |
|--------------------------------------|------------------------|---------------------------------|----------------|------------------------|---------------------------------|----------------|
| | Saldo | Provisão para perda esperada | Saldo contábil | Saldo | Provisão para perda esperada | Saldo contábil |
| Capital de giro | 269.710 | (3.033) | 266.677 | 263.281 | (2.421) | 260.861 |
| Repasse de recursos do terceiros (i) | 247.021 | (1.124) | 245.897 | 230.917 | (909) | 230.008 |
| Cessão de crédito imobiliário | 36.493 | (2.265) | 34.228 | 45.511 | (5.671) | 39.840 |
| Financiamento imobiliário | 26.664 | (2.399) | 24.263 | 37.725 | (2.134) | 35.591 |
| Conta garantida / Cheque especial | 26.109 | (3.839) | 22.270 | 11.593 | (64) | 11.529 |
| Crédito direto ao consumidor | 18.050 | (161) | 17.889 | 12.111 | (152) | 11.959 |
| Cédula de crédito a exportação | 12.487 | (53) | 12.435 | 25.460 | (114) | 25.346 |
| Desconto de títulos / Risco Sacado | 4.839 | (4.054) | 785 | 16.512 | (155) | 16.357 |
| Crédito pessoal | 4.839 | (29) | 4.810 | 8.070 | (43) | 8.027 |
| Vendor | 3.459 | (23) | 3.437 | 1.757 | (9) | 1.748 |
| Home equity | 88 | (0) | 88 | - | - | - |
| Antecipação de recebíveis de cartão | 34 | - | 34 | - | - | - |
| Total | 649.793 | (16.980) | 632.813 | 652.937 | (11.672) | 641.265 |

- (i) Saldo composto por operações de FUNCAFE (repasse do Ministério da Agricultura e Pecuária), BNDES e Finame (repasse do BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social).

b. Composição da carteira por faixa de vencimento - Setor privado

| | <u>31 de dezembro de</u> 2022 | <u>31 de dezembro de</u> 2021 |
|------------------------------|---|---|
| Vencidas | 8.120 | 77 |
| A vencer até 90 dias | 33.129 | 37.315 |
| A vencer entre 91 e 360 dias | 242.777 | 219.649 |
| A vencer acima de 360 dias | <u>365.767</u> | <u>395.896</u> |
| Total | 649.793 | 652.937 |

c. Composição da carteira por setor de atividade - Setor privado

| | <u>31 de dezembro de</u> 2022 | <u>31 de dezembro de</u> 2021 |
|-----------------|---|---|
| Indústria | 35.853 | 36.576 |
| Comércio | 216.381 | 237.196 |
| Serviços | 275.810 | 245.788 |
| Pessoas físicas | <u>121.749</u> | <u>133.377</u> |
| Total | 649.793 | 652.937 |

d. Composição das exposições da carteira de crédito por indexador

| | <u>31 de dezembro de 2022</u> | | <u>31 de dezembro de 2021</u> | |
|--------------|-------------------------------|---|-------------------------------|---|
| | <u>Valor</u> | <u>% sobre carteira</u> <u>total</u> | <u>Valor</u> | <u>% sobre carteira</u> <u>total</u> |
| PRE | 345.480 | 53,2% | 405.010 | 62,0% |
| CDI | 209.668 | 32,3% | 134.548 | 20,6% |
| IGPM | 49.349 | 7,6% | 73.056 | 11,2% |
| IPCA | 45.160 | 6,9% | 39.310 | 6,0% |
| TJLP | <u>136</u> | <u>0,0%</u> | <u>1.013</u> | <u>0,2%</u> |
| Total | 649.793 | 100% | 652.937 | 100% |

e. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito apresentou a seguinte movimentação:

| | 2022 | 2021 |
|-------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Saldo inicial | (11.672) | (12.050) |
| Transferências para prejuízo | 5.184 | 5.289 |
| Constituição de provisão | (11.411) | (8.001) |
| Reversões de provisão | 921 | 3.090 |
| Saldo final - 31 de dezembro | (16.980) | (11.672) |

Em atendimento às Resoluções n°s 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, o cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é feito com base nos níveis de risco das operações de crédito. O risco da carteira e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito estavam assim distribuídos:

| 31 de dezembro de 2022 | | | | | | |
|-------------------------------|----------------|---------------|---------------------|-------------------|---|-----------------|
| Níveis de risco | Curso normal | Atraso | Total das operações | % de participação | Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | % conforme 2682 |
| AA | 153.143 | | 153.143 | 23,57 | 0 | |
| A | 362.761 | 3.465 | 366.226 | 56,36 | 1.831 | 0,5 |
| B | 84.296 | 4.239 | 88.535 | 13,63 | 885 | 1 |
| C | 4.845 | 3.875 | 8.720 | 1,34 | 262 | 3 |
| D | 17.278 | 1.486 | 18.764 | 2,89 | 1.876 | 10 |
| E | 106 | 1.914 | 2.020 | 0,31 | 606 | 30 |
| F | 11 | 917 | 928 | 0,14 | 464 | 50 |
| G | 0 | 1.333 | 1.333 | 0,21 | 933 | 70 |
| H | 13 | 10.110 | 10.123 | 1,56 | 10.123 | 100 |
| | 622.453 | 27.339 | 649.793 | 100,00 | 16.980 | |

O valor de R\$ 27.339 (2021 - R\$ 26.052), apresentado na coluna atraso, é representado por saldos dos contratos com parcelas vencidas no final de cada período.

| 31 de dezembro de 2021 | | | | | | |
|-------------------------------|----------------|---------------|---------------------|-------------------|---|-----------------|
| Níveis de risco | Curso normal | Atraso | Total das operações | % de participação | Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito | % conforme 2682 |
| AA | 113.387 | | 113.387 | 17,37 | 0 | |
| A | 416.594 | 3.384 | 419.978 | 64,32 | 2.100 | 0,5 |
| B | 63.451 | 4.962 | 68.413 | 10,48 | 684 | 1 |
| C | 29.013 | 5.345 | 34.358 | 5,26 | 1.031 | 3 |
| D | 3.434 | 2.165 | 5.599 | 0,86 | 560 | 10 |
| E | 779 | 2.482 | 3.261 | 0,50 | 978 | 30 |
| F | 10 | 2.109 | 2.119 | 0,32 | 1.060 | 50 |
| G | 126 | 1.749 | 1.875 | 0,29 | 1.313 | 70 |
| H | 91 | 3.856 | 3.947 | 0,60 | 3.947 | 100 |
| | 626.885 | 26.052 | 652.937 | 100,00 | 11.672 | |

f. Composição das receitas de operações de crédito

No demonstrativo de Resultado, a rubrica “Receitas da intermediação financeira – Operações de crédito”, no montante de R\$ 87.255 no exercício, é composta de rendas de operações de crédito, nos montantes descritos:

| | Exercícios findos em 31 de dezembro de | |
|---|--|----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Rendas de operações de crédito | 79.888 | 82.488 |
| Recuperação de crédito baixados como prejuízo | 7.367 | 22.374 |
| Total Receitas de Operações de crédito | 87.255 | 104.862 |

g. Outras informações

- (i) O montante de renegociado em 2022 foi de R\$ 51.389 (2021 – R\$ 79.118).
- (ii) O BRP possui operações vigentes de Fiança Bancária, no total de R\$ 335 (2021 – R\$ 315), as quais possuem provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de 0,5%, pelo rating cadastral.
- (iii) Os saldos classificados na conta de “Prêmio a diferir sobre Operações de crédito” são derivados dos ganhos adquiridos através de cessões de carteira de crédito imobiliário. Sendo a diferença entre os saldos das operações à valor presente e o respectivo deságio proveniente da negociação da cessão. Este saldo é diferido pelo prazo remanescente da carteira adquirida.

9 Outros créditos

| | 31 de dezembro de 2022 | 31 de dezembro de 2021 |
|------------------------------|-------------------------------------|---------------------------|
| | Impostos a compensar - do exercício | |
| IR | 1.710 | - |
| CSLL | 1.398 | - |
| Outros impostos a compensar | 245 | 246 |
| Depósitos judiciais | 666 | 528 |
| Outros | 40 | 6 |
| Total Outros créditos | 4.059 | 779 |

10 Ativos não financeiros mantidos para venda

Saldo composto por bens imóveis recebidos pela instituição pela liquidação de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, cuja grande maioria é proveniente de operações de crédito imobiliário.

O Banco BRP mantém esforços na venda e diluição desses ativos. A movimentação, quanto a adições e baixas do período, segue demonstrado no quadro a seguir:

| | Ativos não financeiros mantidos para venda | (-) Provisões para desvalorizações | Total |
|--|---|---|---------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 17.524 | (2.043) | 15.480 |
| (+) Adições / Entradas | 8.305 | - | 8.305 |
| (-) Baixas / Vendas | (4.793) | - | (4.793) |
| (+) Constituições | - | (722) | (722) |
| (-) Reversões | - | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 21.035 | (2.765) | 18.270 |
| (+) Adições / Entradas | 6.353 | - | 6.353 |
| (-) Baixas / Vendas | (8.011) | - | (8.011) |
| (+) Constituições | - | - | - |
| (-) Reversões | - | 722 | 722 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 19.377 | (2.043) | 17.334 |

O resultado das vendas desses bens está classificado na rubrica “Resultado não operacional” da demonstração do resultado, com montante no exercício de R\$ 636 (2021 – negativo R\$ 846).

11 Investimentos e participações em controladas

a. Investimentos em controlada

O Banco possui investimento no montante de R\$ 571 (2021 - R\$ 79) na BRP Assessoria Ltda., que possui como principal atividade a prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira. No exercício, a investida auferiu lucro líquido de R\$ 1.200 (2021 – R\$ 1.911). A participação do Banco é de 99% no capital social da controlada (R\$ 60), tendo como resultado de equivalência patrimonial no exercício o total de R\$ 493 (2021 – R\$ 11). Os lucros auferidos no exercício de 2022, foram distribuídos em 15 de julho de 2022 e 2023.

b. Outros investimentos

O Banco possui outros investimentos que totalizam o montante de R\$ 13.218 (2021 - R\$ 10.709), que se referem, substancialmente, a participação na CIP S.A. (Câmara Interbancária de Pagamento) e na CRT4 – Central de Registro de Títulos e Ativos S/A.

Em março de 2022, ocorreu a desmutualização da CIP o qual a associação sem fins lucrativos passou por uma cisão cuja parte do patrimônio foi incorporada em uma nova entidade denominada CIP S.A, com fins lucrativos.

| | Participação no Capital (%) | Patrimônio Líquido (R\$) | Resultado Equivalência Patrimonial (R\$) | Valor Contábil 31 de dezembro de 2022 |
|--------------------|--------------------------------|-----------------------------|--|--|
| BRP Assessoria | 99,00% | 60 | 493 | 571 |
| CIP S.A | 0,49% | 2.280.028 | - | 11.341 |
| CERTA | 2,75% | 68.000 | - | 1.872 |
| Outros | | | - | 5 |
| Saldo total | | | 493 | 13.789 |

12 Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

Em 2021 e durante o primeiro semestre de 2022 o Banco BRP realizou benfeitorias em suas instalações, depreciada conforme prazo de locação contratual.

| | Taxa | Custo aquisição | Depreciação acumulada | 2022 | 2021 |
|-----------------------------------|-----------|-----------------|-----------------------|------------------------------|--------------|
| | | | | Custo líquido de depreciação | |
| Moveis e equipamentos de uso | 4% | 80 | (35) | 45 | 45 |
| Sistema de processamento de dados | 20% | 1.482 | (416) | 1.067 | 959 |
| Benfeitorias e instalações | 10% a 20% | 1.504 | (114) | 1.390 | 613 |
| Saldo total | | 3.066 | (564) | 2.502 | 1.617 |

13 Depósitos e demais instrumentos financeiros

a. Composição por vencimento

| | Vencimento | | | | 31 de dezembro de 2022 |
|--|----------------|---------------|------------------|-------------------|------------------------|
| | Sem vencimento | Até 90 dias | De 90 a 360 dias | Acima de 360 dias | |
| Depósitos | | | | | |
| Depósito à vista | 14.966 | - | - | - | 14.966 |
| Depósito a prazo | - | 16.428 | 29.810 | 110.021 | 156.259 |
| Depósito a prazo com garantia especial | - | - | 23.784 | - | 23.784 |
| | 14.966 | 16.428 | 53.594 | 110.021 | 195.009 |
| Relações interfinanceiras | | | | | |
| Vinculados a compromisso de revenda: LTN | 132.348 | - | - | - | 132.348 |
| | 132.348 | - | - | - | 132.348 |
| Recursos de aceites e emissão de títulos | | | | | |
| Recursos de aceites e emissão de títulos - LCI/LCA | - | 67.803 | 185.572 | 86.410 | 339.784 |
| LF - Letra Financeira | - | - | - | 103.486 | 103.486 |
| | - | 67.803 | 185.572 | 189.896 | 443.271 |
| Total | 147.314 | 84.231 | 239.166 | 299.917 | 770.628 |
| Circulante | | | | | 470.711 |
| Não circulante | | | | | 299.917 |

| | Vencimento | | | | 31 de dezembro de 2021 |
|--|-------------------|----------------|---------------------|----------------------|---------------------------|
| | Sem vencimento | Até 90 dias | De 90 a 360 dias | Acima de 360 dias | |
| Depósitos | | | | | |
| Depósito à vista | 23.987 | - | - | - | 23.987 |
| Depósito a prazo | - | 14.688 | 42.973 | 68.220 | 125.881 |
| Captação Estruturada | - | - | 943 | - | 943 |
| Depósito a prazo com garantia especial | - | - | 122.291 | 20.820 | 143.111 |
| | 23.987 | 14.688 | 166.207 | 89.040 | 293.922 |
| Relações interfinanceiras | | | | | |
| Vinculados a compromisso de revenda: LTN | 113.520 | - | - | - | 113.520 |
| | 113.520 | - | - | - | 113.520 |
| Recursos de aceites e emissão de títulos | | | | | |
| Recursos de aceites e emissão de títulos - LCI/LCA | - | 19.682 | 89.895 | 180.427 | 290.004 |
| LFG - Letra Financeira Garantida | - | - | 33.878 | - | 33.878 |
| | - | 19.682 | 123.773 | 180.427 | 323.882 |
| Total | 137.507 | 34.370 | 289.980 | 269.467 | 731.324 |
| Circulante | | | | | 461.857 |
| Não circulante | | | | | 269.467 |

b. Composição das exposições dos instrumentos de captação, por indexador

| | 31 de dezembro de 2022 | | 31 de dezembro de 2021 | |
|-----------------------|------------------------|---------------|------------------------|---------------|
| | Valor | % de alocação | Valor | % de alocação |
| CDI | 479.908 | 77,0% | 301.108 | 50,8% |
| IPCA | 134.679 | 21,6% | 242.094 | 40,8% |
| SELIC | - | 0,0% | 33.877 | 5,7% |
| PRE | 8.728 | 1,4% | 15.794 | 2,7% |
| Total captação | 623.314 | 100% | 592.873 | 100% |

* exceto depósitos à vista e operações vinculadas à compromisso de revenda

O custo destes instrumentos de captação, está classificado no demonstrativo de resultado, na rubrica “Despesas da intermediação financeira - Operações de captação”, no montante de:

| | Exercícios findos em 31 de dezembro de | |
|--|--|---------------|
| | 2022 | 2021 |
| Custo de instrumentos de captação | 69.071 | 50.491 |
| Custo operações compromissadas | 17.964 | 5.190 |
| Fundo Garantidor de Crédito | 960 | 1.059 |
| Total Despesa Operações de captação | 87.995 | 56.740 |

14 Obrigações por empréstimos e repasse

| | Vencimento | | | 31 de dezembro de 2022 |
|-----------------------|------------------------|-----------------------------|------------------------------|-----------------------------------|
| | Até 90 dias | De 90 a 360 dias | Acima de 360 dias | |
| Repasse do BNDES (i) | - | 175 | 777 | 952 |
| Repasse do FINAME (i) | - | 87 | 30.684 | 30.771 |
| Repasse FUNCAFÉ (ii) | 9.554 | 218.693 | 32.121 | 260.368 |
| Total | 9.554 | 218.955 | 63.582 | 292.091 |

| | Vencimento | | | 31 de dezembro de 2021 |
|-----------------------|------------------------|-----------------------------|------------------------------|-----------------------------------|
| | Até 90 dias | De 90 a 360 dias | Acima de 360 dias | |
| Repasse do BNDES (i) | - | 397 | 614 | 1.011 |
| Repasse do FINAME (i) | 104 | 1.146 | 13.396 | 14.646 |
| Repasse FUNCAFÉ (ii) | 7.640 | 216.833 | 33.021 | 257.494 |
| Total | 7.744 | 218.376 | 47.031 | 273.151 |

- (i) Referem-se a repasses de recursos do BNDES/FINAME, com vencimento final até 2027, sobre as quais incide a Taxa de Longo Prazo (TLP), taxa fixa do BNDES (TFB), pré-fixada e taxa Selic.
- (ii) Referem-se a repasses de recursos do FUNCAFÉ, sobre as quais incide taxa de juros aproximadamente de 8% a.a. (2021 – 4% a.a.) para os recursos liberados aos clientes e taxa Selic para os recursos ainda não liberados.

No demonstrativo de Resultado, a rubrica “Operações de empréstimos e repasses”, no valor total de R\$ 17.505 (2021 – R\$5.980), correspondem aos valores repassados pelos agentes financeiros na utilização de recursos direcionados, sendo, R\$ 8.957 (2021 – R\$ 3.589) para Recurso do FUNCAFÉ repassados, R\$ 6.930 (2021 – R\$1.949) para recursos do FUNCAFÉ não repassados (remunerados à Selic) e R\$ 1.618 (2021 – R\$442) referente aos programas do BNDES/FINAME.

15 Outras obrigações

| | 31 de dezembro de 2022 | 31 de dezembro de 2021 |
|--|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Sociais e estatutárias | | |
| Juros sobre capital próprio (Nota 18) | 5.111 | 5.393 |
| | 5.111 | 5.393 |
| Fiscais e previdenciárias | | |
| IR / CSLL corrente a recolher | - | 6.520 |
| Outros impostos a recolher | 1.138 | 791 |
| | 1.138 | 7.312 |
| Diversas | | |
| Participações no resultado | 2.000 | 1.700 |
| Encargos trabalhistas | 755 | 962 |
| Provisões para contingências (Nota 17) | 653 | 279 |
| Outros | 1.605 | 2.184 |
| | 5.013 | 5.126 |

16 Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação de alíquota

| | Exercícios findos em 31 de dezembro de | |
|---|--|---------------|
| | 2022 | 2021 |
| Resultado antes dos impostos sobre lucros e participações | 28.334 | 38.351 |
| Despesas de participações no resultado - PLR | (3.837) | (3.907) |
| Resultado antes dos impostos sobre os lucros | 24.497 | 34.444 |
| Adições (exclusões) permanentes, líquidas | (22.650) | (5.576) |
| Adições (exclusões) temporárias, líquidas | (1.918) | (6.029) |
| Base de cálculo | (71) | 22.839 |
| IRPJ (15%) | - | 3.426 |
| Adicional (10%) | - | 2.260 |
| Incentivos fiscais | - | (330) |
| IRPJ (25%) | - | 5.356 |
| CSLL (21% - 2022 / 25% - 2021) | - | 5.710 |
| Ajuste Majoração Alíquota CSLL | - | (905) |
| Total | - | 10.161 |

b. Composição dos tributos diferidos

| | 31 de dezembro de 2021 | Constituição | Realização | 31 de dezembro de 2022 |
|---|---------------------------|---------------|-----------------|---------------------------|
| Créditos tributários | | | | |
| IRPJ e CSLL diferido sobre: | | | | |
| Provisão para perdas associadas ao risco de crédito | 8.500 | 5.135 | (1.756) | 11.879 |
| Impairment de outros valores e bens | 919 | - | - | 919 |
| Provisão para contingências | 126 | 168 | 0 | 294 |
| Participações no resultado | 765 | 1.530 | (1.395) | 900 |
| Ajuste a mercado de títulos de valores mobiliários | 10.982 | 14.286 | (16.347) | 8.921 |
| Outros | 2 | 8 | 0 | 10 |
| | 21.294 | 21.127 | (19.498) | 22.923 |
| Débitos tributários | | | | |
| IRPJ e CSLL diferido sobre: | | | | |
| Ajuste a mercado de instrumentos financeiros | (5.251) | 1.560 | (4.053) | (7.744) |
| | (5.251) | 1.560 | (4.053) | (7.744) |
| Total dos tributos diferidos | 16.043 | 22.687 | (23.551) | 15.179 |

c. Estimativas de realização

Com base nas informações e análises mencionadas, e nas principais considerações e premissas descritas no estudo de realização, o valor presente desse crédito, utilizando a taxa CDI de 31 de dezembro de 2022 de 1,07% a.m., é de R\$ 14.062 (2021 – R\$ 13.281), assegura adequadamente o registro contábil e sua realização total em prazo médio de 8 (oito) anos.

A realização estimada será no primeiro ano de R\$ 8.919, do segundo ao quinto ano no valor de R\$ 3.205 e para os demais anos, de R\$ 1.938. Não existem saldos de Crédito Tributário não ativados no período.

17 Contingências

O Banco é parte em ações judiciais tributárias, trabalhistas e cíveis, decorrentes do curso normal das operações.

As contingências tributárias são representadas por processos em que se discute a inconstitucionalidade ou ilegalidade de determinada norma ou movidos pela Administração Tributária Federal, nas situações de hipotético pagamento insuficiente ou em desacordo com o entendimento do órgão fiscalizador.

As contingências cíveis estão constituídas por processos movidos contra o Banco referente às operações de créditos inadimplentes e, também, ações movidas por terceiros, pleiteando revisões contratuais dos créditos ou por danos morais. Atualmente, existem ações movidas contra o Banco sendo avaliadas pelos advogados como probabilidade de perda provável cujo risco mensurado está provisionado na rubrica “Outras obrigações” no montante de R\$ 653 (2021 – R\$ 279). A instituição tem expectativas de realização dessas provisões nos próximos doze meses.

| | Cíveis | Trabalhistas | Fiscal | Total |
|--|------------|--------------|--------|------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 279 | - | - | 279 |
| (+) Constituições | 374 | - | - | 374 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 653 | - | - | 653 |

Conforme avaliação dos assessores legais do Banco, existem causas com probabilidade possível de perda, referente à processos cíveis e trabalhistas, que montam a R\$ 10.326 (2021 – R\$ 11.974) e que, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não estão provisionadas. Também conforme a referida avaliação, não há processos tributários avaliados com probabilidade de perda provável e processos tributários avaliados com probabilidade de perda possível.

18 Patrimônio líquido

O capital social, subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 183.612, e sua composição acionária é a seguinte:

| | | | | 31 de dezembro de 2022 | |
|--------------------------------------|------|-------------|--|-------------------------------|--------------------|
| | | | | Quantidade ações | Valor (R\$) |
| Varuna Investimentos Financeiros S/A | 100% | 182.678.119 | | 183.612 | |
| | | | | 31 de dezembro de 2021 | |
| | | | | Quantidade ações | Valor (R\$) |
| Varuna Investimentos Financeiros S/A | 100% | 162.776.579 | | 163.710 | |

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 10 de junho de 2022 foi aprovado o aumento do capital com a emissão de 19.901.539 novas ações ordinárias, sendo utilizados recursos de reservas como segue: legal – R\$ 1.078, de lucros – R\$ 15.099, créditos dos acionistas de juros sobre capital próprio – R\$ 3.725.

O referido aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 20 de julho de 2022.

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do semestre, até o limite definido pela legislação societária.

Aos acionistas está assegurado estatutariamente dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. No exercício de 2022, o BRP contabilizou juros sobre capital próprio conforme quadro demonstrativo:

| | 31 de dezembro de 2022 | 31 de dezembro de 2021 |
|---|---------------------------|---------------------------|
| Juros sobre Capital Próprio no exercício | 10.770 | 7.707 |
| Juros sobre Capital Próprio previsto do no Estatuto | (5.908) | (5.393) |
| IRRF recolhido em Julho/2022 | 797 | - |
| Juros sobre Capital Próprio - mínimo obrigatório | (5.111) | (5.393) |
| Juros sobre Capital Próprio - Adicionais Propostos | (4.862) | (2.314) |

19 Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade

O BRP tem como modelo corporativo a tomada de decisão de forma colegiada, onde o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva exercem papel primordial nas atribuições e supervisão dos controles de risco e capital. Na estrutura de gerenciamento, o Diretor de Risco é responsável pela implementação e adequação dos níveis aceitáveis de risco, bem como da aderência às políticas, processos, sistemas, relatórios e modelos de gerenciamento de riscos. Os riscos inerentes às atividades operacionais são disseminados aos colaboradores e todos são responsáveis na mitigação deles.

a. Risco de crédito

As contrapartes do Banco são submetidas a um rigoroso processo de análise de crédito, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento, tomando-se por base simulações do fluxo de caixa, alavancagem e cronograma da dívida, qualidade dos ativos, cobertura de juros e capital de giro. Aspectos de natureza qualitativa, tais como orientação estratégica, setor de negócios, áreas de especialização, eficiência, ambiente regulatório e participação no mercado, são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito. Os limites de crédito das contrapartes do Banco são analisados e aprovados pelo Comitê de crédito a cada nova operação sendo a análise de crédito, de vital importância dentro da estrutura do BRP, pois é nessa etapa que ocorre a análise de documentos cadastrais, contábeis e gerenciais onde se pode:

- Conhecer o negócio, estrutura patrimonial e financeira, composição societária, setor de atuação, entre outras informações a respeito dos proponentes;
- Identificar e apontar os pontos de risco inerentes ao negócio do proponente e/ou setor de atuação, a fim de que haja maior segurança na tomada de decisão de Crédito

- Avaliar a capacidade de pagamento do proponente frente aos recursos financeiros já contraídos e a novas concessões
- Identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/1998.

b. Risco de mercado

A análise de risco de mercado é feita com base nos diversos fatores de mercado que podem afetar as posições do Banco, entre os quais se destacam: taxa de juros, preços de inflação, variação cambial e outros. Na gestão do risco de mercado, as operações são classificadas em Negociação e Não Negociação.

Nas operações classificadas como Negociação o BRP utiliza a metodologia “*value-at-risk*” para mensurar o risco. Essa metodologia é baseada em técnicas de simulação histórica e análise dos cenários. Nas operações classificadas como Não Negociação o BRP adota o modelo IRRBB - Δ NII, que consiste em calcular a margem financeira do portfólio, levando-se em consideração a receita de juros dos ativos e as despesas de juros dos passivos, para o período de um ano. Este modelo aprimora a análise de sensibilidade da taxa de juros sobre a carteira de ativos e passivos.

Cabe a área de Risco gerenciar o risco de mercado da instituição, em cumprimento ao que determina a Resolução nº 4.557/17 do CMN, estabelecer os limites de exposição e tipos de ativos levando-se em conta fatores como a volatilidade do mercado, cenários previstos, oportunidades de lucro, riscos potenciais e as necessidades de financiamento do BRP, definir os prazos dos horizontes de maturação das exposições da carteira de negociação e da aderência a metodologia adotada pela carteira bancária.

c. Risco de liquidez

O Banco gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e com alta capacidade de solvência. O Banco mantém uma forte estrutura de capital e um baixo grau de alavancagem. Os eventuais descasamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições extremas de mercado, a fim de avaliar a sua capacidade de realizar ativos ou reduzir alavancagem.

d. Risco operacional

A área de Riscos é responsável pela atividade de gerenciamento do risco operacional do Banco. Com a estrutura definida, visando ao estabelecido na Resolução nº 4.557/17 do CMN, foram implementados a política institucional, os processos, os procedimentos e os sistemas necessários para que a gerência identifique, avalie, monitore e controle os riscos associados ao Banco.

e. Risco Socioambiental

A área de Riscos é responsável pela atividade de gerenciamento do risco socioambiental com especificações dispostas na Resolução CMN nº 4.945/14. Os riscos socioambientais são identificados como um dos componentes das diversas modalidades de risco a que a instituição está exposta. Compete a área a identificação, classificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental de todas as suas atividades e operações dos clientes, analisando a implementação da governança dos clientes no que se refere à gestão de políticas ambientais e sociais sob ótica de danos relacionados a poluição, à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade.

Além gestão de risco socioambiental, o BRP tem como responsabilidade implementar as melhores práticas que promovam o bem-estar do seu público interno (funcionários, acionistas etc.) e externo (comunidade, parceiros, meio ambiente etc.). É uma prática voluntária, que envolve o benefício da coletividade e não deve ser confundida exclusivamente por ações compulsórias impostas pelo regulador.

f. Gerenciamento de capital

Visando atendimento à Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco Ribeirão Preto S.A. tem adotado uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios e procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital do Banco de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela instituição, de acordo com natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

Limites Operacionais

Índice de Basileia

Em 23 de fevereiro de 2017, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN nº 4.557/2017, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

O BRP possui mecanismos que possibilitam a identificação e a avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR). As políticas e as estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pelo BRP. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de consumo de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para os usuários internos e para os comitês estratégicos, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do BRP.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWAs).

A metodologia de apuração do capital regulamentar, continua a ser estabelecida nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar, e o escopo utilizado para verificação dos limites operacionais.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021, o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência corresponde a 8%, que somado a 2% no período de 1º de outubro de 2021 a 31 de março de 2022, e 2,5% a partir de 1º de abril de 2022 de Adicional de Conservação de Capital, totaliza a exigência de PR em 10,5%. A apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:

| | | 31 de dezembro de 2022 | 31 de dezembro de 2021 |
|---|--|---------------------------|---------------------------|
| Ativos Ponderados pelo Risco | Patrimônio de Referência (PR) | 201.337 | 185.639 |
| | Patrimônio de Referência Nível I | 201.337 | 185.639 |
| | Capital Principal (CP) | 201.337 | 185.639 |
| | Ativos Ponderados por Risco - RWA | 1.325.251 | 1.335.337 |
| | RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWACPAD | 958.643 | 998.696 |
| | RWA para Risco de Mercado - RWAMPAD | 263.235 | 222.741 |
| | RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWAOPAD | 103.373 | 113.900 |
| | IRRBB | 47.509 | 16.838 |
| | RWA + IRRBB | 1.372.761 | 1.352.174 |
| Requerimentos do Capital | Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA | 59.636 | 60.090 |
| Margem sobre os Requerimentos de Capital | Margem sobre o Capital Principal Requerido | 141.701 | 125.549 |
| | Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido | 141.701 | 125.549 |
| | Índice de Capital Principal (CP/RWA) | 14,7% | 13,7% |

20 Transações com partes relacionadas

Partes relacionadas ao Banco são seus acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da diretoria e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05, consolidada pelo CMN através da Resolução nº 4.818/20.

As transações foram realizadas dentro das características normais do mercado financeiro e dos respectivos produtos sendo remuneradas levando em consideração o índice do CDI, taxas prefixadas ou indexadas a índices de inflação, e apresentam os seguintes saldos e operações em 31 de dezembro:

a. Saldos e operações

| Classificação | Descrição | Dezembro 2022 | | Dezembro 2021 | |
|---------------------------------------|--|-----------------|-------------------|-----------------|-------------------|
| | | Ativo (Passivo) | Receita (Despesa) | Ativo (Passivo) | Receita (Despesa) |
| Pessoal chave da administração | | | | | |
| Pessoa Física | | | | | |
| | Depósitos | (428) | (47) | (375) | (7) |
| | Recursos de aceites e emissão de títulos - LCI/LCA | (21.258) | (2.076) | (24.691) | (2.109) |
| | | (21.686) | (2.123) | (25.066) | (2.116) |
| Pessoa Jurídica | | | | | |
| | Depósitos | (892) | (130) | (55) | (15) |
| | | (892) | (130) | (55) | (15) |
| Controlada | | | | | |
| Pessoa Jurídica | | | | | |
| | Depósitos | (601) | - | (96) | - |
| | | (601) | - | (96) | - |

b. Remuneração da diretoria

As despesas no exercício 2022 com remuneração dos diretores são compostas, basicamente, de salários e encargos, participação nos lucros e gratificações, e são registradas junto as despesas dessas naturezas dos demais colaboradores, na rubrica “Despesas de pessoal” e “Participação nos resultados” na demonstração do resultado do ano.

21 Outras despesas e receitas administrativas

| | 31 de dezembro de 2022 | 31 de dezembro de 2021 |
|--|----------------------------------|----------------------------------|
| Receitas de prestação de serviços | | |
| Comissão de estruturação / reestruturação | 2.117 | 1.707 |
| Tarifas bancárias | 1.199 | 1.563 |
| | 3.316 | 3.271 |
| Despesas de pessoal | (11.883) | (11.252) |
| | (11.883) | (11.252) |
| Outras despesas administrativas | | |
| Tecnologia da informação | (4.000) | (3.609) |
| Serviços Prestados | (2.757) | (2.356) |
| Outras | (2.348) | (2.674) |
| Legais / Jurídicas | (1.516) | (2.445) |
| Instalação / Ocupação | (797) | (821) |
| Depreciações | (398) | (91) |
| Doações, Publicações e Eventos | (160) | (454) |
| | (11.976) | (12.449) |
| Despesas tributárias | (2.513) | (3.208) |
| | (2.513) | (3.208) |
| Outras receitas operacionais | 10 | 152 |
| | 10 | 152 |
| Resultado de participação em controlada | 493 | 11 |
| | 493 | 11 |
| Total | (22.553) | (23.475) |

22 Outras informações

- (i) Foram auferidos no exercício, na rubrica de “Resultado não operacional” da Demonstração do Resultado do Exercício, o valor antes dos impostos de R\$ 8.607 (2021 – negativo R\$ 624), sendo R\$7.890 (2021 – sem movimentação) referente à valorização das ações da CIP S.A (Nota 11), R\$ 636 (2021 – negativo R\$ 846) referente aos resultados auferidos nas vendas de ativos não financeiros (Nota 10) e R\$ 81 (2021 – R\$222) referente a outras rendas não operacionais.
- (ii) Durante o exercício foram provisionadas participações no resultado no montante de R\$ 3.837 (2021 – R\$ 3.907) baseado nas métricas definidas pela instituição.
- (iii) No Balanço Patrimonial a rubrica de “Créditos a receber”, no montante R\$ 18.011 (2021 – R\$ 18.752) referem-se, substancialmente, à dois contratos de permuta financeira com empreendedoras, dos quais foram recebidos R\$ 800 no exercício, referente ao valor líquido das vendas efetivamente realizadas das unidades, conforme fluxo acordado no contrato.

23 Eventos subsequentes

Em 11 de janeiro de 2023, o sistema financeiro recebeu o comunicado pela Americanas S.A através do fato relevante, atendendo ao disposto na Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, comunicando aos seus acionistas e ao mercado em geral que foram detectadas inconsistências em lançamentos contábeis redutores da conta fornecedores realizados em exercícios anteriores, incluindo o exercício de 2022. O BRP possui em seu portfólio debêntures de emissão das Americanas S.A (LAME6) referente a Décima Sexta Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforço restrito no valor de R\$ 3.227 na data do fechamento do exercício.

Adicionalmente, o BRP possui debêntures da B2W – Companhia Digital (BTOW15) referente a Quinta Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforço restrito no valor de R\$ 2.080 na data do fechamento do exercício O BRP segue a metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários que incluem a captura de preços médios praticados no mercado.